

**REDES E MEANDROS DA RELAÇÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NO
PROCESSO DE “FEDERALIZAÇÃO” DO CENTRO UNIVERSITÁRIO
CATÓLICO DO SUDOESTE DO PARANÁ – UNICS:
A ARTE DE CAIR EM PÉ.**

Autor: Leandro Turmena

Orientador: Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo.

Instituição: Universidade Estadual de Maringá – UEM

Ano de Defesa: 2016

Resumo de Tese de Doutorado

Esta pesquisa investiga os meandros e as redes da relação público/privado que consistiu na implantação do Instituto Federal do Paraná (IFPR), *campus* Palmas no ano de 2009, explicitando a que demandas sociais correspondeu o processo de “federalização” do Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná (UNICS). A pesquisa está assentada, epistemologicamente, no método do materialismo histórico dialético e, metodologicamente consultadas fontes primárias (leis, documentos, entre outros), entrevistas com os envolvidos diretamente no processo estudado e levantamento bibliográfico em obras clássicas, livros, artigos de periódicos, entre outros materiais. Primeiramente foi apontado o cenário da educação superior nos governos de FHC e Lula, e, em particular, a expansão numérica de instituições, na sua maioria privadas. Em seguida, problematizou-se sobre o desenvolvimento histórico de Palmas e a Igreja Católica neste contexto. Posteriormente abordou-se a historicidade do ensino superior em Palmas e o processo de implantação do Instituto Federal (IF). Constatou-se que, a implantação do ensino superior em Palmas, gestado pela Igreja Católica na década de 1960 e, mantida pelo Centro Educacional e Assistencial Dom Carlos (CPEA), balizado pelas políticas educacionais dos governos militares, enfrentou, no decorrer de sua história, problemas de ordem financeira fazendo com que seus gestores e sua mantenedora recorressem, em algumas ocasiões, ao Estado, visando pleitear subsídios que garantissem a manutenção das atividades. A partir do primeiro quinquênio do ano 2000 a crise financeira se agravou ocasionada pela diminuição do número de alunos. Neste sentido, houve um movimento conduzido pelo CPEA/UNICS, apoiado por políticos dos poderes executivo e legislativo, empresários/comerciantes, conduzido pela relação de amizade entre o Bispo Emérito da Diocese de Palmas e Francisco Beltrão, Dom Agostinho José Sartori e o governador do Paraná, Roberto Requião para a “federalização” do UNICS. Este processo se concretizou numa triangulação das esferas público federal, público estadual e privado – o Estado do Paraná procedeu a desapropriação da estrutura física, indenizando a mantenedora, e transferiu ao governo Federal para a implantação de um *campus* do IF – para a qual foram determinantes as relações de patrimonialismo e afinidades pessoais, demonstrando que ainda não se superou no Brasil a distinção entre público e privado confundindo-os, neste caso, ainda mais. O estudo demonstrou também, que a “federalização” não foi um projeto de política pública de Estado para atender as demandas sociais e necessidades da classe trabalhadora por educação pública e gratuita. Foi um projeto arquitetado pela Igreja Católica tendo como representante o CPEA, fazendo uso do Estado para salvar a sua falência. Foi literalmente a “arte de cair em pé”.